

CASTILLO, Carmen - *Vestigia antiquitatis: Escritos de epigrafía y literatura romanas. Scripta a sodalibus collecta, in honorem Carmen Castillo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1997. XXXV + 607 p. (Colección Mundo Antiguo, Nueva Serie; 1). ISBN 84-313-1552-0.

Dados à estampa entre 1967 e 1997, os trabalhos coligidos no presente volume encontram-se ordenados pelos seguintes temas: epigrafia (p. 3-313), prosopografia (p. 317-530) e literatura (p. 533-607). Tal divisão não é pacífica, visto que alguns textos incluídos na secção dedicada à prosopografia podiam sem grande favor ser integrados na parte respeitante à epigrafia. É o caso do trabalho intitulado “La tribu Galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos”, originalmente publicado em 1988 (p. 479-490).

A maior objecção que podemos apontar a este livro prende-se com a circunstância de os textos elaborados há mais tempo não terem sido acompanhados de um anexo contendo pelo menos uma actualização bibliográfica. Outros comentários de âmbito mais vasto não seriam descabidos, já que não é certo que a autora subscreva hoje todas as ideias que defendia há uma ou duas décadas. É pena que se tenha perdido esta oportunidade; de outro modo, muitas das observações a seguir apresentadas não teriam qualquer justificação. Em todo o caso, tentaremos rebater algumas das afirmações aqui produzidas, recorrendo à documentação disponível no momento em que as mesmas foram redigidas.

- *Baesuri*, que ostenta numa das suas emissões monetárias um nome de um só magistrado, pertence, em época imperial, à Lusitânia, e não à Bética (p. 4). É possível que os *tria nomina* do magistrado em causa tenham sido *M. An(nius) Ant.* (p. 5, n. 7), mas não há provas de que o indivíduo assim denominado ostentasse o cargo de edil.

- O primeiro volume dos *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, da autoria de Jürgen Untermann, foi publicado em 1975, e não em 1971 (p. 52).

- Não parece legítimo concluir das palavras de L. Sancho (1981, p. 105) que esta autora se tenha mostrado partidária da tese de Saumagne segundo a qual não havia *municipia ciuium Romanorum* nas províncias durante o Alto Império (p. 57, n. 35).

- O *terminus augustalis* entre *Vcubi* e *Augusta Emerita* referido na p. 60 foi achado em Valdecaballeros (Abascal e Espinosa, 1989, p. 84, n. 16), e não em Valdecabrerros.

- *Raba* é má leitura por *Arabr* (Silva, 1981-1982, p. 94).

- No escudo da estátua de guerreiro de Santa Comba (Cabeceiras de Basto), preferimos ler *Abinis* em vez de *Abianis* (p. 87).

- O gentílico, publicado por José d’Encarnação (1986, p. 133-140), mencionado na p. 124 é *Sagaius*, e não *Segaius*.

- “Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana” é o verdadeiro título da monografia de M.^a A. Marín Díaz, cujo âmbito se revela bem mais vasto do que a criação de *ciuitates* de direito latino na Ulterior (p. 163).

- O artigo de A. U. Stylow subordinado ao título “El municipium Flavium V(---) de Azuaga (Badajoz) y la municipalización de la Baeturia Turdulorum”. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 9, 1991, p. 11-27 é referenciado do seguinte modo (p. 163, n. 134): *Ius Latii y derechos latinos en Hispania*, vol. IX, H.^a Antigua, col. *Studia Historica*, Salamanca, 1992.

- O testemunho de Plínio (*nat.* 3. 19) a favor da posse do estatuto de colónia romana por parte de *Valentia* na época imperial parece-nos inequívoco (p. 163, n. 138).

- O desdobramento das abreviaturas *m C*, presentes em *CIL II 1305*, em *m(unicipii) C(eretani)* (p. 164, n. 140) foi inicialmente proposto por M. Esteve Guerrero e G. Chic García, tal como refere Padilla Monge (1989, p. 188 e nn. 17 e 18).

• Não é certo que *Asido* tenha sido colónia na época de Augusto (p. 164, n. 141) (Mayer, 1989, p. 314).

• Além da recensão de Castillo ao livro de L. Curchin (1990) saída na revista *Emerita* (p. 164, n. 148), poderão citar-se a de Jorge de Alarcão na revista *Conimbriga* (29, 1990, p. 154-155), a de Thomas Kruse no *Journal of Roman Archaeology* (8, 1995, p. 465-475) e a que publicámos na revista *Vipasca* (2, 1993, p. 136-140).

• Relativamente ao *nomen* aparentemente partilhado por dois duúnviros, reproduzido de modo abreviado num asse inédito de *Bilbilis* publicado por Cruces Blázquez (1987-1988, p. 115-122), talvez Castillo tenha razão ao sugerir a leitura MAE(---) em vez de MAL(---) (p. 166, n. 158). No entanto, não é de excluir a possibilidade de estarmos perante dois *nomina* distintos, MAE(---) num caso e MAL(---), ou MAI(---), no outro, de tal maneira que as designações dos duúnviros seriam respectivamente G MAE(---) SERA[N](us) e [] MAL(---) (ou MAI(---)) BVCCO.

• Como paralelo para *Forum Iulium* (*Iliturgi*), além de Fréjus (p. 183), podemos assinalar *Forum Iulii* > Friuli e *Forum Iulium*, no Egipto (Burgers, 1997, p. 103).

• É evidente que o facto de muitas cidades comportarem o *nomen*/adjectivo *Iulius/a/um* nas respectivas titulaturas não chega para afirmar que as mesmas foram privilegiadas por César (p. 183 e n. 33).

• Quem identificou *Corduba* como *ktisma Markellou* foi Estrabão (3.2.1.) (v. p. 330), e não Políbio (p. 185).

• A *tabula* II de Monte Murado (Gaia) não constitui a primeira referência epigráfica aos *Turduli Veteres* (p. 207, 247); bastará consultar a p. 43 desta mesma obra para verificarmos que este mesmo grupo étnico já era conhecido numa inscrição de Cória.

• Tal como se afirma na p. 213, era *Fidentia*, e não *Fauentia* (p. 214), o *cognomentum* de *Vlia*.

• A adscrição de um determinado legionário à tribo *Voltinia* não significa necessariamente que o mesmo seja oriundo de Itália (p. 267), uma vez que os cidadãos das colónias latinas da Gália Narbonense pertenciam àquela tribo (Rivet, 1988, p. 117, 163, 183, 212).

• Em vez de *Caecilia Geseladin* (IRMN 58; *HEp* 5, 1995, 636) (p. 299, 305, n.º 46), preferimos ler este nome feminino como *Caecilia Geselanden* (Faria, 1995, p. 81-82).

• Em nosso entender (Faria, 1992-1993, p. 278, 1993a, p. 157-158, 1994, p. 68, 1997, p. 105-106), o nome pessoal que figura em segundo lugar no mosaico de Andión é **abuloraun**, e não **abulo** (p. 302, 304).

• Considerados nomes distintos (p. 310, 311), *Vmme* e *Sahar* poderão configurar um só nome (*Vmmesahar*) (Gorrochategui, 1984, p. 287-288), que identificaria o dedicante da estela decorada de Lerga (Navarra).

• O mais provável é que, pelo facto de os respectivos cidadãos pertencerem à tribo *Galeria*, *Firmum Iulium Sexs* tenha recebido o estatuto municipal de Octaviano (Galsterer-Kröll, 1975, p. 121-123 e p. 127, quadro I; Faria, 1993c, p. 144), e não de César (p. 480).

• O termo subentendido referido a *Lucentum* que é qualificado como *Latinorum* por Plínio (*nat.* 3. 20) é *oppidum*, e não *colonia* (p. 480).

• O verdadeiro nome da capital da Lusitânia era *Augusta Emerita*, e não *Emerita Iulia Augusta* (p. 481).

• A inclusão de *Palma* e *Pollentia* entre as doze colónias anunciadas por Plínio (*nat.* 3. 18) para a Citerior (p. 481) já havia sido sugerida por Knapp (1977, p. 134-139), tendo esta mesma sugestão passado igualmente despercebida a Abascal (1996, p. 268).

• Ao invés do que sustenta Castillo (p. 482), Plínio menciona *Italica* nas suas listas (v. *nat.* 3. 11).

• O *cognomentum Iulia*, a atribuição do *ius Italicum*, a adscrição dos correspondentes *coloni* à tribo *Pupinia* e a reiterada presença de indivíduos portadores do *nomen Octavius* devem fazer

de *Acci* uma colónia fundada por Octaviano (antes de 27 a.C.) (González Román, 1991, p. 99; Faria, 1993b, p. 132), e não de Augusto (após 27 a.C.). Repare-se que a *Colonia Vrbs Iulia Baeterrae Septimanorum* (Béziers), cujos cidadãos se encontravam igualmente inscritos na tribo *Pupinia*, foi fundada em 36 ou 35 a.C. (Rivet, 1988, p. 150).

• Se, num primeiro momento (p. 483), Castillo levanta a hipótese de *Noua Karthago* ter sido *municipium* antes de ter recebido o estatuto colonial, tal hipótese é rapidamente abandonada por esta autora, ao postular a fundação de uma colónia naquela cidade por parte de César (p. 489).

• A significativa presença em *Clunia* de cidadãos pertencentes à tribo *Galeria* (p. 485) explica-se pela circunstância de esta cidade ter sido promovida a *municipium* com Tibério (Abascal e Espinosa, 1989, p. 68) ou com Augusto.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. (1996) - Derecho latino y municipalización en Levante y Cataluña. In ORTIZ DE URBINA, E.; SANTOS, J., eds. - *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz (22 a 24 de noviembre de 1993)* (Revisión de Historia Antigua; 2), Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, p. 255-283.
- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989) - *La ciudad hispano-romana: Privilegio y poder*. Logroño: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de La Rioja.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (1987-1988) - Nuevos magistrados monetales en Bilbilis. *Kalathos*. Teruel. 7-8, p. 115-122.
- BURGERS, P. (1997) - The Narbonensian colonial elite - 1958-1995. *Ancient Society*. Leuven. 28, p. 89-106.
- CURCHIN, L. (1990) - *The local magistrates of Roman Spain*. Toronto-Buffalo-London: University of Toronto Press (Phoenix. Supplementary volume; 28).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1986) - Sagaius: um novo gentílico romano documentado em Casével (Castro Verde). *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª série. 3, p. 133-140.
- FARIA, A. M. de (1992-1993) - Notas a algumas inscrições ibéricas recentemente publicadas. *Portugalia*. Porto. Nova série. 13-14, p. 277-279.
- FARIA, A. M. de (1993a) - A propósito do V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica. *Penélope*. Lisboa. 12, p. 145-161.
- FARIA, A. M. de (1993b) - [Recensão a] M. A. Marín Díaz, Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana, Granada, Universidad, 1988. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 131-136.
- FARIA, A. M. de (1993c) - [Recensão a] A. Burnett et al. - Roman Provincial Coinage, I, London-Paris, 1992. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 140-146.
- FARIA, A. M. de (1994) - Subsídios para o estudo da antroponímia ibérica. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 65-71.
- FARIA, A. M. de (1995) - Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 79-88.
- FARIA, A. M. de (1997) - Apontamentos sobre onomástica paleo-hispânica. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 105-114.
- GALSTERER-KRÖLL, B. (1975) - Zu den spanischen Städtelisten des Plinius. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 48, p. 120-128.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C. (1991) - Las colonias romanas de la Hispania meridional en sus aspectos socio-jurídicos. In GONZÁLEZ ROMÁN, C., ed. - *La Bética en su problemática histórica*. Granada: Universidad, p. 87-110.
- GORROCHATEGUI, J. (1984) - *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- IRMN = CASTILLO, C.; GÓMEZ-PANTOJA, J.; MAULEÓN, M. D. (1981) - *Inscripciones romanas del Museo de Navarra*. Pamplona: Navarra (Comunidad Autónoma). Servicio de Prensa, Publicaciones y Relaciones Sociales.
- KNAPP, R. C. (1977) - *Aspects of the Roman experience in Iberia, 206 - 100 B. C.* Alava: Colegio Universitario; Valladolid: Universidad.
- MAYER, M. (1989) - Plinio el Viejo y las ciudades de la *Baetica*: Aproximación a un estado actual del problema. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla: Alfar, p. 303-333.
- PADILLA MONGE, A. (1989) - El epígrafe CIL II, 1305. *Habis*. Sevilla. 20, p. 185-190.
- RIVET, A. L. F. (1988) - *Gallia Narbonensis: southern France in Roman times*. London: Batsford.
- SANCHO ROCHER, L. (1981) - *El convento jurídico caesaraugustano*. Zaragoza: Institución "Fernando El Católico".
- SILVA, A. C. F. da (1981-1982) - Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia*. Porto. Nova série. 2-3, p. 83-96.